



O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



**EDITORIAL: AS VEIAS
ABERTAS DO BRASIL!**

PG.2

PG.4

**"ALGUMAS DAS MULHERES, DE CAUSAS, DE POVO, DEDICADAS
À CLASSE" - MULHERES COMUNISTAS NO JULHO DAS PRETAS**

LENIN E O PARTIDO DA REVOLUÇÃO

PG.7

PG.9

**ENTREVISTA DO MOMENTO
ANA KAREN**

**AGRONEGÓCIO E A FOME: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL
POR TRÁS DA FANTASIA DE UMA FALSA PROMESSA**

PG.13

PG.16

**OPINIÃO: O ENSINO JURÍDICO
NO BRASIL**

**NÓS, MULHERES, SOMOS
LIVRES?**

PG.18

PG.20

**ESPAÇO CULTURAL - TEREZA
DE BENGUELA**

**MEMÓRIA - LADELINA DE CAMPOS
MELLO**

PG.23

As veias abertas do Brasil



Imagem: Amarildo

Por Milton Pinheiro

O Brasil está vivendo uma quadra histórica de profundo caos político e desarticulação do papel do Estado numa sociedade radicalmente construída para ser desigual. Um país marcado pelo enriquecimento fácil e protegido para as frações da burguesia interna. Contudo, a marca indelével dessa conformação social tem como características a fome que atinge mais de 33 milhões de pessoas, o desemprego e desalento que crescem a cada dia, afetando mais de 25 milhões de homens e mulheres, e uma lógica de mercado que impede que a juventude possa ter uma chance no mercado de trabalho. Mesmo com esse cenário, o governo do agitador fascista Jair Bolsonaro tem agido politicamente para desestabilizar o ambiente das liberdades democráticas, com apoio irrestrito às ações das hordas neofascistas.

A aproximação do calendário eleitoral tem permitido ao governo burguês-militar de Bolsonaro e seus aliados operar um conjunto de ações de caráter golpista, avançando nas provocações às instituições da democracia formal brasileira. Trata-se de um ambiente político que está suscetível aos movimentos

antidemocráticos que o bolsonarismo colocou em marcha juntamente com as hordas neofascistas da sua base.

Estamos correndo perigo de ruptura institucional à direita, com forte indicação de que se movimenta no submundo da política os porões do que restou da ditadura burgo-militar de 1964, o corpo fisiológico do parlamento, os negociantes da fé e sua pauta caricata, os repugnantes assassinos da juventude preta e periférica, as diversas milícias e toda espécie de escória que é apoiada por uma classe média negacionista, fracassada, perversa e reacionária.

O Brasil encontra-se, portanto, com as veias abertas e sangrando de forma perene. A violência política está sendo organizada através de uma metodologia que passa pela premeditação de ações criminosas. Bolsonaro tem convocado suas hordas para impedir a realização das eleições e, para isso, elabora um conjunto importante de armadilhas que são colocadas no caminho das instituições republicanas. O muro de contenção dessas instituições está inerte e sem coragem

Milton Pinheiro



para operar o enfrentamento democrático necessário.

Enquanto o aparato oficial dos poderes da república claudica, a violência política avança de forma premeditada. A ciranda do neofascismo aprofunda seu papel com ataques e ameaças nas redes, violência física, atentados contra o líder das pesquisas eleitorais, além de um conjunto nunca antes visto de vídeos que agem nas mais diversas redes para disseminar as fake News e, por fim, mais recentemente, assassinatos, a exemplo do caso de Foz do Iguaçu.

O aparato da violência bolsonarista está contando com uso indiscriminado de armas que cresceu assustadoramente no Brasil a partir da fraude dos clubes de tiro, do contrabando por fronteiras não fiscalizadas pelas forças de segurança do Estado, e pelo comércio clandestino ou tornado legal pelo governo burguês-militar de Jair Bolsonaro. A licença para matar foi decretada a partir da conduta bandoleira que o presidente da república estimula. Os quadros da esquerda, lutadores populares, populações fragilizadas no processo social e os comunistas estão correndo risco de morte com esse cenário político.

As frases de Bolsonaro, como por exemplo, "você sabem o que fazer" e outras dessa mesma ordem são senhas para a violência política de caráter fascista, à maneira das AS's (Sturmabteilung) do partido nazista. Veja o que foi operado pelo neofascista Rodrigo Amorim contra uma caminhada de militantes de esquerda no Rio de Janeiro. Já estão em articulação às ações armadas de perseguição contra os diversos atos da esquerda e dos movimentos populares. A campanha será

violenta e os bolsonaristas, sejam os lobos solitários, as hordas dos clubes de tiros, PMs e outros integrantes do banditismo neofascista, estão com desejo de agir.

No campo aberto do ataque contra o Estado formal da democracia brasileira, o encontro com embaixadores, para trair o Brasil, foi um anúncio para o mundo da preparação de um provável golpe de Estado, que seria executado "por nós" (ele e o exército historicamente golpista que o país tem), afinal, como o golpista que dá plantão no Palácio do Planalto disse: "se o TSE não aceitar o papel dos militares não haverá eleições".

Esse crime de responsabilidade cometido por Bolsonaro nessa reunião passou incólume diante dos poderes da república: o presidente da Câmara dos deputados, Artur Lira, manteve-se em seu silêncio remunerado. O poder judiciário fez discurso de rábula, ou seja, não houve contestação oficial, o prevaricador geral da república manteve-se no silêncio de quem espera obsequioso uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), e o que sugere campo da esquerda que lidera a pesquisa eleitoral? Fugir das ruas para evitar o confronto e esperar solenemente o dia das eleições, numa estratégia de bom mocismo eleitoral.

A esquerda fora do campo da ordem deve ocupar as ruas para derrotar o neofascismo e o golpismo. Serão necessárias organização e forte mobilização; é preciso avançar na construção de um denso calendário, a partir de agosto, para incidir sobre a luta de classes que está em campo aberto nesse momento histórico.

Às ruas!



Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação

Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo

Caires, Alexandre Mask, Marcela

Carvalho e João Abreu

Editora

Camila Oliver



o m o m e n t o b a

Diagramação e Capa

João Abreu

Colaboradores desta edição

Paula Ana, Marcos Del Roio, João Coimbra,

Cheyenne Ayalla

Revisora responsável

Marcela Carvalho

Colaboradoras da revisão

Luiza Brandão e Anna Luiza

contato@omomento.org | www.omomento.org

“ALGUMAS DAS MULHERES, DE CAUSAS, DE POVO, DEDICADAS À CLASSE” - MULHERES COMUNISTAS NO JULHO DAS PRETAS



Foto: Junior Reis

Por Paula Ana

Para as mulheres negras, latino-americanas e caribenhas o dia 25 de julho é de intensificação das lutas, pois temos na agenda uma data para celebrar nossas resistências, e no Brasil é Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra¹. As mulheres baianas também homenageiam e são homenageadas em julho através da memória das lutas das mulheres no 2 de julho, independência da Bahia. Quitéria, Maria Felipa e Joana Angélica são nossas heroínas. Uma das necessidades destacadas durante o mês de julho é a reivindicação de figuras que foram e são importantes como exemplos de vida, e de luta pelo fim do racismo e do patriarcado.

Mulheres pretas, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, camponesas e trabalhadoras ousam rebelar-se ao colonialismo e à cupidez do capitalismo em toda a América Latina e Caribe. Quero contribuir retomando a trajetória de mulheres brasileiras, negras e comunistas que marcam a história das lutas populares no Brasil, das mulheres comunistas e do centenário do Partido Comunista Brasileiro.



Foto: Arquivo IMA

Foto: Arquivo IMA

[Documentário - Maria Aragão e a organização popular - YouTube](#)

Maria Aragão

“Apedrejada em Codó, Maria

Disse: Quero entrar para o Partido Comunista”

Começo a minha participação no Vozes da Revolução #1 reproduzindo um trecho do depoimento da médica e militante que ingressou no PCB em 1945, Maria José Aragão. Maria Aragão relata em autobiografia² como encarou a tarefa de reorganizar o Partidão no estado do Maranhão, agitadora e petulante, como se afirma, buscou driblar as insuficiências teóricas do PCB no Maranhão e aprender com os erros.

Aragão era médica, maranhense que morou e formou-se no Rio de Janeiro, decidiu entrar no PCB após assistir a um comício de Prestes. Ao retornar para o Maranhão, destacou-se por sua atuação política em greves, dirigiu o Jornal Tribuna do Povo até o ano de 1962. Durante a ditadura, foi presa por 3 vezes, e sofreu difamações e ofensas por ser comunista, e também por ser mãe sem casar na Igreja. Era chamada de “besta-fera”, perseguida por padres, chegando a ser apedrejada na cidade de Codó.

A atuação de Maria Aragão junto ao PCB se encerra em 1981, quando a mesma se desliga do Partido. Sua luta continua na construção do Grupo de Mulheres Oito de Março, na fundação da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos - SMDDH e da Central Única dos Trabalhadores - CUT no Maranhão.

Maria faleceu aos 81 anos, em 1991, em sua passagem, foi homenageada através de um grande ato político e passeata dos trabalhadores rurais.



Maria Brandão dos Reis

Rafaela Fraga escreveu para o Jornal O Momento uma matéria sobre a vida e memória de Maria Brandão dos Reis³. Baiana, natural de Rio de Contas, Maria Brandão também ingressou

no PCB por influência de Prestes. Acolheu em suas lutas, as lutas das famílias da ocupação do Corta Braço, assim como, hospedou e acolheu Ana Montenegro, que veio a se tornar outra história militante do Partido Comunista.

Brandão se destacou na luta contra a utilização de armas atômicas em 1950, a “milionária da paz” colheu mais de 10 mil assinaturas para o II Congresso Brasileiro dos Partidários Pela Paz, e seu trabalho de base foi reconhecido pelo Júri Nacional dos Prêmios da Paz, que lhe entregou a medalha de Campeã da Paz.



Foto: Divulgação Redes Sociais

Renata Regina

Renata é uma militante comunista, dirigente do PCB e do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. Doula, fotógrafa e mãe, Renata participa das lutas pelo parto e nascimento humanizado e também foi uma importante organizadora da juventude comunista. Indignada com o governo de FHC desde criança, Renata diz⁴ que logo cedo começou a admirar a atuação dos movimentos sociais. Começou sua atuação política em grêmios estudantis, e como estudante secundarista, se aproxima do PCB. Foi dirigente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, e uma das pessoas responsáveis pela reorganização da União da Juventude Comunista.

Renata então é uma grande referência nas lutas pela educação, hoje tem atuação importante no feminismo classista, e continua a inspirar a juventude e as mulheres negras a se organizarem com firmeza e camaradagem.



Cheyenne Ayalla

Jovem, estudante, militante em núcleo de bairro na UJC em Salvador. Como nossa militância mantém-se e se renova como o nosso Partido, trago também a trajetória de Ayalla. Nas palavras do próprio PCB, ao anunciar que a camarada assumia uma tarefa que requer coragem e vigor, podemos conhecê-la:

“Ayalla é uma jovem lutadora popular, Secretária Política do Núcleo de Bairros da União da Juventude Comunista (UJC) e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que diante da sua própria realidade, em momento algum apaziguou com as contradições à sua volta, se engajando na luta política comunitária e por bairros com a intenção de modificar a realidade concreta que a rodeava. De origem periférica e filha de professores, a jovem estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA) traz vigor e disciplina pra luta, atuando ativamente na construção dos movimentos populares e de bairros da cidade de Salvador”

Que nossos exemplos se multipliquem e sejam valorizados, o poder seja tomado pela nossa classe e a luta pelo fim do racismo, do pa-

triarcado e do capitalismo tenha fim, para que possamos ser verdadeiramente e totalmente livres. Em uma nova sociedade, poderemos celebrar nossa diversidade e plena humanidade. Enquanto isso, todos os dias do ano teremos homenagens prestadas, punhos em riste e organização política como nossas táticas e métodos. E enquanto comunistas, apontaremos a necessidade e disputaremos dentro dos movimentos sociais feministas e antirracistas, a estratégia socialista.

É fundamental saudar os trabalhos do PCB, do CFCAM, do Coletivo Negro Minervino de Oliveira e iniciativas independentes e ao mesmo tempo lançar maiores esforços no estudo, pesquisa, catalogação e divulgação de trajetórias de mulheres negras em nossas fileiras, sabemos que são muitas, das tarefas de base às tarefas de direção. Como Yeda, Laudelina, Diva, Thereza, Bernadete, Raline, Espagete e tantas outras.

Mulheres negras constroem o Brasil, coordenam e/ou sustentam os lares brasileiros, as nossas ancestrais lideraram grandes revoltas, negociações e insurreições e hoje lideramos movimentos e construímos lutas. Trazer a história das mulheres negras e comunistas motiva e impulsiona a organização política da classe trabalhadora brasileira, que em grande parte é composta por elas.

E viva o exemplo de Tereza de Benguela!

¹Tereza de Benguela foi uma líder quilombola que viveu no século XVIII. Rainha do Quilombo do Quariterê (ou Quilombo do Piolho) no Mato Grosso, grande homenageada no Julho das Pretas no Brasil.

²NETO, Euclides Moreira. Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura. São Luís: EDUFMA, 2017. Disponível em: [Maria por Maria - Euclides -ebook.indd](#) (ufma.br). Acesso em: [O ingresso de Maria Aragão no PCB - Tradução](#)

³À memória de Maria Brandão - por Rafaela Fraga. Disponível em: [À Memória de Maria Brandão - O Momento: Diário do Povo](#)

⁴Sexta Vermelha - Entrevista com a pré-candidata ao Governo de Minas Gerais Renata Regina (Canal Jornal O Poder Popular - Youtube). Disponível em: [Sexta Vermelha - Entrevista com a pré-candidata ao Governo de Minas Gerais Renata Regina - YouTube](#)

LENIN E O PARTIDO DA REVOLUÇÃO

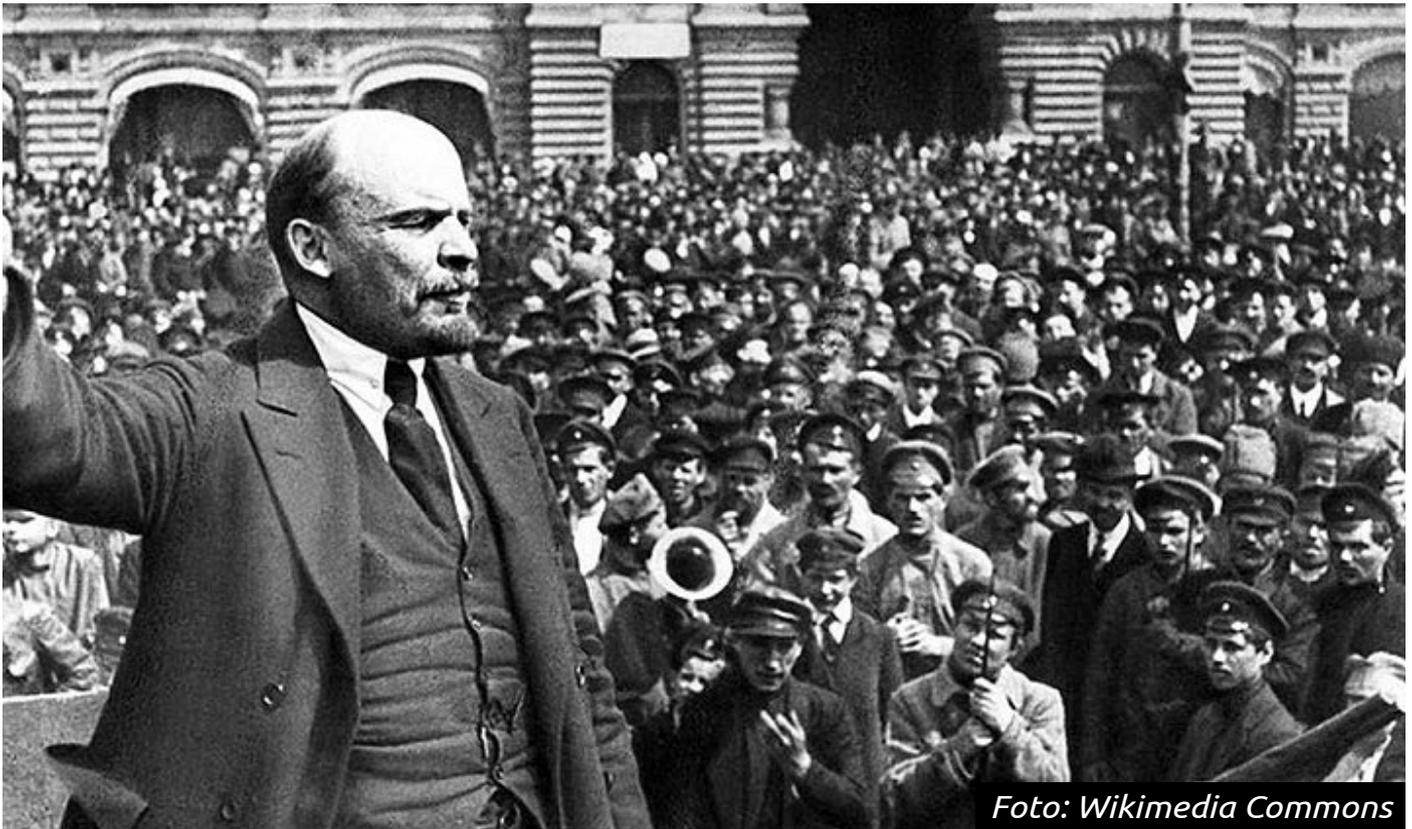


Foto: Wikimedia Commons

por Marcos Del Roio

Prof. de Ciências Políticas - UNESP – FFC Autor de *Adeus Lenin? Práxis e Revolução*, editora Lutas Anticapital, 2022.

Organizações políticas do movimento operário surgiram na França já nos anos 30 do século XIX. Decerto a mais importante delas foi a Liga dos Justos, após o ingresso de Marx e Engels renomeada como Liga dos Comunistas, auto dissolvida em 1852. Na experiência da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1874), o internacionalismo predominou amplamente, mesmo com a diversidade das seções nacionais. O primeiro partido político moderno da classe operária foi a social-democracia alemã, um partido nacional que se fez uma forte organização, a qual inspirou a formação de vários outros partidos operários. No entanto, até a virada para o século XX não havia sido desenvolvida uma teoria do partido revolucionário.

Essa reflexão, inédita no marxismo, foi desenvolvida, em primeiro lugar, por Lenin, notadamente no opúsculo *Que fazer?*, redigido em 1902 por ocasião do II Congresso do POSDR - Partido Operário Social Democrata da Rússia. Esse texto aborda uma temática muito mais ampla do que a teoria da organização, que ocu-

pou bastante espaço no debate da época, mas ainda hoje é dada muita importância. Que fazer? trata, ao mesmo tempo, de uma teoria do desenvolvimento da consciência política revolucionária, de uma teoria da ação política e de uma teoria dos intelectuais revolucionários.

É importante recordar que a teoria do partido de Lenin está vinculada a determinada realidade que era da Rússia feudal absolutista, com um Estado barbaramente repressor e que, ao mesmo tempo, conduzia a Rússia para o capitalismo. Em tal contexto, o Partido teria que atuar na ilegalidade e sob permanente perseguição policial. Nessa situação Lenin propunha que o Partido se organizasse em células clandestinas, que relatariam suas atividades e suas avaliações a uma instância superior que centralizaria as células regionais e uma instância nacional, que centralizaria as instâncias regionais. Recolhidas todas as informações e avaliações vindas da base, a instância central deveria construir uma síntese que anunciasse a posição do Partido. Todo o Partido seria informado pelas

instâncias intermediárias, mas o conjunto da classe e da vida social do país saberia das posições deste por meio de um periódico da mais ampla difusão possível. Essa forma organizativa veio a ser chamada de centralismo democrático, através da qual o Partido seria uma organização democrática, centralizada na direção nacional.

Ainda sobre a questão da organização, havia uma discussão crucial a respeito de quem poderia ser considerado membro do Partido. Nessa concepção de Lenin, o membro teria que ser militante de uma célula, militante profissional e de tempo integral, clandestino e que contribuísse com as finanças da organização. Esse rigor era exigência das circunstâncias muito difíceis da luta revolucionária.

Qual seria o perfil desse militante? Teria que contar com preparo teórico ideológico para poder interpretar a realidade social em movimento e para educar outros militantes e as massas ainda não organizadas, entendendo que educar implica em organizar e desenvolver a consciência política da classe. Consciência política significa consciência do Estado, da necessidade de substituir o poder político da nobreza feudal e do Estado absolutista por uma democracia política, a qual, levada ao extremo, seria uma ditadura democrática do proletariado e do campesinato pobre. Significa, em outros termos, que o militante deve vincular teoria e prática revolucionária. Assim que deve ser um intelectual revolucionário empenhado na transformação radical da vida social e que atua na totalidade contraditória do real. A consciência de classe não se limita e não se desdobra diretamente das relações econômicas, mas advém da luta política de classes e da educação que o partido promove. A ação política está entrelaçada com a teoria política, e a teoria só se comprova se for capaz de sustentar a ação revolucionária.

Mais tarde, em luta travada entre 1908 e 1912, Lenin compreendeu que a clareza ideológica e o programa definem e organizam o partido na ação política que desenvolve. Quando a revolução eclodiu, em 1917, o Partido estava relativamente preparado para disputar, com outras forças político ideológicas, a direção do movimento operário. O Partido se colocou no debate ideológico e em todas as lutas esteve ao lado da classe operária em defesa das reivindicações imediatas e oferecendo uma perspectiva histórica de fundação de um novo Estado a partir dos conselhos (soviets) que os próprios operários haviam constituído como forma orga-

nizativa de democracia direta. A luta do Partido era por fazer com que as suas posições e programa preponderassem nos conselhos. Quando isso aconteceu, em novembro de 1917, fundou-se o Estado dos conselhos.

A guerra civil, desencadeada pelos exércitos czaristas restantes, com amplo apoio armado do imperialismo e mesmo de partidos que haviam se oposto ao projeto de poder conselhistas, obrigou o partido a se militarizar e a organizar um exército de defesa da revolução. Quando a guerra civil terminou a situação da Rússia revolucionária era de catástrofe social e de isolamento internacional e seria a partir dessa realidade que o Partido de Lenin deveria atuar: sendo o Partido de governo e dirigente de um novo Estado, responsável pelo soerguimento econômico e cultural de todos os povos do que logo seria a URSS. A situação era tão dramática foram tomadas medidas para neutralizar a oposição interna, mesmo as que viessem de algum impulso popular, e foram proibidas a existência de frações organizadas dentro do Partido. Nesse ponto é importante lembrar que o POSDR, desde 1902 havia evidenciado a existência de duas grandes tendências marxistas na Rússia: os bolcheviques (maioria), vitoriosos naquele II congresso, e os mencheviques (minoridade). Só em 1912 ocorreu a separação completa entre essas frações. Em todo o decorrer da revolução, o partido bolchevique, agora já denominado Partido Comunista, contou com fração dita de “esquerda”. A decisão de suprimir as tendências organizadas, em princípio, não significaria a supressão do debate democrático e da divergência dentro do Partido, seria apenas uma nova forma de organizar o centralismo democrático.

Nota-se então que o partido revolucionário, conforme Lenin concebeu, é um partido capaz de se adequar a diversas condições de luta: ilegal e perseguido pelas forças da ordem, na legalidade da democracia burguesa, na organização e direção das forças anticapitalistas, na construção de uma nova forma de poder baseada na democracia popular, com hegemonia da classe operária, uma classe concreta, real, não uma abstração teórica, que se identificaria no partido.

ENTREVISTA DO MOMENTO

ANA KAREN



Entrevista por Milton Pinheiro

Ana Karen é Poetisa, Médica de Família e Comunidade, Professora, Educadora Popular, Feminista Classista, Comunista e pré-candidata a deputada federal pelo PCB Bahia

O MOMENTO - Como examina a conjuntura política brasileira e o papel da esquerda revolucionária nessa etapa da luta de classes?

Ana Karen - O governo do miliciano e protofascista Jair Bolsonaro está diretamente relacionado com o aprofundamento da crise sistêmica do capital e com a reorganização a nível internacional de grupos e governos fascistas. Por outro lado, os governos petistas de conciliação de classes desarmaram a classe trabalhadora para as lutas, através da incorporação das principais lideranças e movimentos para a base do governo.

Estamos em um momento de finalização de um ciclo ainda em aberto, onde as tendências em curso são poucos favoráveis à classe trabalhadora, mas que depende prioritariamente dela para definir os rumos dos próximos períodos.

Diante da conjuntura acredito que podemos pensar em três cenários. Existe a possibilidade de sofrermos mais um golpe e termos que enfrentar um governo Jair Bolsonaro 2.0, ainda mais repressor, genocida e com maior ataque aos bens públicos e aos direitos trabalhistas. Isso aliado a um estímulo à formação

de milícias e aumento dos militares no poder executivo. Num segundo cenário é possível Lula vencer as eleições, garantir sua posse através de mecanismos institucionais e entrarmos em um governo com alianças ainda mais fortes com o centrão, que garantirá pequenas mudanças no início do mandato para tentar organizar minimamente a economia, apaziguar a luta de classes e depois continuar o avanço nas medidas neoliberais; e por último, poderíamos entrar em um governo Lula, com garantia da posse através das lutas nas ruas e formação de fortes mecanismos populares criados para a manutenção das liberdades democráticas e para a garantia de um programa socialista, com propostas para mudanças substanciais na vida da classe trabalhadora, criando-se uma correlação de forças favorável para o surgimento e crescimento de uma Frente Anti-Imperialista e Anticapitalista.

A centro-esquerda encabeçada pelo PT, com apoio do PSOL, está apostando na segunda hipótese e, apesar de convocar a militância e população para garantir a vitória eleitoral de Lula no primeiro turno, suas apostas não foram em uma aliança com a classe trabalhadora, mas sim em uma frente amplíssima eleito-

ral, incluindo a direita golpista.

Diante disso, para refletir sobre nosso papel neste momento, não apresentaria nos termos de tarefas para a atual etapa da luta de classes, afinal temos tentado superar uma visão etapista da história. Precisamos pensar em nossas tarefas em uma conjuntura de um país de capitalismo dependente, com um passado escravocrata e com uma burguesia autocrática, entreguista e subalterna ao capital internacional.

Nesse contexto, nossas principais tarefas é lutar para que a derrota de Bolsonaro se efetive da forma mais favorável possível para a classe trabalhadora, tanto do ponto de vista econômico, quanto político. Para isso, precisamos conciliar a luta nas ruas pelas liberdades democráticas e contra o golpe, com a construção de mecanismos de organização da classe, como os Comitês do Poder Popular, que tragam para o centro de sua organização um programa classista, de garantia da soberania nacional e anticapitalista.

O MOMENTO - Diante da gravidade do cenário institucional, qual seria a centralidade da luta política nesse momento?

Ana Karen - Nesse momento é mais que crucial que a luta sindical, estudantil, popular e contra as opressões convirjam na disputa de um projeto político que vá contrário ao desmonte do serviço público, contrário a todas as privatizações, pela garantia ampla de emprego e que consiga abarcar todos esses setores em um projeto unitário de classe.

A luta eleitoral deve estar combinada com as lutas de massas nas ruas. Não temos condições de aguardar até o processo eleitoral para tentar mudar o atual quadro. A fome, o desemprego e as chacinas da população negra e periférica assola o país. São 33 milhões de pessoas passando fome e metade da população em insegurança alimentar.

É importante salientar que a escalada da violência e o discurso golpista do presidente e dos militares não são elementos isolados. Pelo contrário, a intenção é produzir o medo para não enfrentarmos coletivamente nas ruas esse possível golpe.

Não temos como confiar nas Instituições burguesas e na própria burguesia para impedir essa intenção golpista. Não será o STF, a Rede Globo, o Governo Estadunidense imperialista ou o Congresso que vão impedir as intenções

do presidente e dos militares. Eles não fizeram nada substancial diante da política fascista e genocida de ampliação da pandemia por Jair Bolsonaro. Não são eles que estão sofrendo com a fome, perdendo direitos e suas vidas. Somente o conjunto da classe trabalhadora em luta pode impedir esse movimento.

O MOMENTO - Enquanto feminista, articulada no campo classista, como analisa a questão da mulher no Brasil atual?

Ana Karen - Estamos em um momento extremamente grave para a vida das mulheres cis, trans e das pessoas com útero em geral. As três bases principais do bolsonarismo reforçam uma política de violências individuais e sistêmicas contra as mulheres e a população LGBT. O fundamentalismo religioso, as milícias armadas junto com os militares e as políticas neoliberais, atingem principalmente a vida das mulheres trabalhadoras, pobres e racializadas.

Um dos principais carros chefes do bolsonarismo é a perseguição a liberdade sexual, ao aborto legal, aos avanços científicos e a participação pública e política das mulheres. Não é somente o liberalismo econômico que dá base ao seu governo, o ideal do machão, que utiliza da violência para manter sua dominação, tem sido fortalecido em políticas públicas e na sua disputa nas mídias sociais.

Só para lembrar, Bolsonaro falou que não estupraria uma deputada do PCdoB porque ela não merecia, tem avançado na liberação do uso de armas e durante o seu governo a vida e saúde das mulheres tem sido perseguida diariamente, a exemplo do incentivo à violência obstétrica na caderneta das gestantes e a nota técnica criada pelo Ministério da Saúde para criminalizar o aborto legal e perseguir as mulheres que podem realizar aborto nos casos de estupro. Medidas como a CPI proposta por uma deputada bolsonarista para apurar o caso de aborto legal realizado por uma criança de 11 anos, depois de inúmeras violências a essa menina, é um exemplo de como tem se tornado cada vez mais comum a legitimação da violência contra nossas vidas.

Quando falamos de políticas estruturais e da política de propagação da pandemia é importante recordar o altíssimo número de gestantes que morreram no Brasil devido a COVID-19, sendo um dos maiores índices do mundo, além do adoecimento de várias trabalhadoras do SUS por falta de financiamento e



número de profissionais adequados para cuidar das pessoas com COVID-19 e o aumento da terceirização e de empregos mais precários devido a manutenção e ampliação da Reforma Trabalhista.

Nesse contexto, as mulheres trabalhadoras, negras, indígenas, LGBTQs, PCDs, quilombolas, ribeirinhas e camponesas são as mais atingidas e aquelas que estão nos trabalhos mais explorados e suscetíveis ao assédio moral e sexual.

O MOMENTO - Você é militante do PCB, como ocorreu seu processo de integração ao longo operador político dos comunistas brasileiros?

Ana Karen - Eu militei em movimento de cultura e movimento associativo junto com meus pais desde a infância e no movimento de luta por casas de estudantes na adolescência. Isso me levou a uma aproximação dos movimentos de base desde muito jovem. Quando entrei na UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), me deparei com um Diretório Acadêmico de Medicina e com o movimento estudantil geral muito crítico, combativo e pulsante, com todos os ares revolucionários que brotam e empolgam a juventude. A semana de calouros de medicina marcou o resto da minha formação. Debates a hierarquia médica, uma abordagem crítica ao complexo médico hospitalar, a luta pelo SUS, a criminalização dos movimentos sociais e a organização do MST (Movimento Sem Teto).

Logo no primeiro mês eu estava participando dos espaços da Direção Executiva Nacional de Estudantes de Medicina (DENEM) e do Movimento Estudantil da UEFS, onde iniciei a militância no grupo Ousar. Uma contradição que me deparei nos primeiros meses de movimento foi o afastamento das lutas de importantes quadros do ME de medicina depois que se formavam. Isso me fez tentar compreender o que gerava esse afastamento e a chegar a um curso chamado "Processo de Consciência", ministrado pelo Núcleo de Educação Popular 13 de maio. Compreender os avanços e recuos da consciência da classe trabalhadora me fez estabelecer um prazo para entrar em um partido político de esquerda e revolucionário.

A partir daí busquei compreender e militar em diversos movimentos e estar próxima de diferentes partidos políticos, a fim de entender suas formas organizativas e estratégias. No ME de medicina conheci a UJC, que tive maior aproximação com minha ida para Cuba

quando fui realizar um estágio pela a DENEM. Em Cuba, conheci Ivan Pinheiro, então secretário geral do PCB, em uma mesa sobre Imperialismo, junto com Ivan Marques (FARCs -EP) e Virgínia Fontes. Esse foi um momento fundamental para me aprofundar mais na estratégia socialista, que já vinha estudando, e no centralismo democrático.

Ao regressar para o Brasil fui para um acampamento de formação da UJC em Aracaju, quando resolvi entrar para a juventude, para o PCB e para o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM). A juventude e o CFCAM não estavam organizados na Bahia e o partido tinha duas células, que se encontravam afastadas da direção partidária. Em abril de 2013 iniciamos a organização da UJC, na qual assumi a secretaria política, em agosto montamos um Comitê Regional Provisório, com a presença de Ivan Pinheiro e Sandro Santa Bárbara e em setembro iniciamos a organização do primeiro núcleo do CFCAM em Feira de Santana. De forma bem resumida, foi assim a minha aproximação.

O MOMENTO - No processo eleitoral em curso você é pré-candidata a Deputada Federal, quais são os eixos da sua proposta de trabalho?

Ana Karen - Esses eixos ainda serão fechados em debate eleitoral interno no Partido, porém tem alguns espaços onde desenvolvi minha militância que provavelmente serão priorizados. Mas para além de eixos prioritários, um dos elementos importantes no trabalho eleitoral do PCB é fortalecer o trabalho de base que já vínhamos construindo anteriormente e apresentar da forma mais qualitativa possível o Programa Nacional do Partido de Combate à Fome, a Miséria, o Desemprego e o Neoliberalismo. Nesse sentido, nossas pré-candidaturas devem fortalecer esses pontos programáticos que tem relação direta com a vida da classe trabalhadora e ao mesmo tempo estão diretamente relacionados com a estratégia socialista. Alguns espaços principais que tenho construído são as lutas em defesa do SUS 100% público, estatal e de qualidade, a defesa das universidades públicas, tendo como horizonte a pauta da Universidade Popular e a organização e lutas feministas classistas. Dentro de Feira de Santana, local onde hoje resido, temos desenvolvido importantes lutas pelo transporte público e de qualidade, com batalhas históricas pela redução da tarifa e pelo passe livre, junto aos trabalhadores do

centro de Feira de Santana e dentro da produção cultural e popular crítica e combativa.

O MOMENTO - De que forma sua pré-candidatura pode contribuir para divulgar as candidaturas majoritárias do PCB na Bahia e no Brasil?

Ana Karen - Nossas pré-candidaturas precisam atuar juntas para ampliar o alcance do programa partidário e disputar as mediações táticas para a luta de massas que temos apresentado neste momento, ou seja, a necessidade de irmos para as ruas, inclusive no 7 de setembro, para combater qualquer possibilidade golpista. É importante salientar que o PCB não é um partido de correntes, que disputam espaços de inserção, pautas, temas a serem debatidos, pelo contrário, trabalhamos para fortalecer esse importante organismo coletivo para a luta de classes.

O MOMENTO - Sendo uma pré-candidata comunista, como você se situa no horizonte estratégico da luta pelo Poder Popular na perspectiva do socialismo?

Ana Karen - As pré-candidaturas do PCB são parte de nossa tática eleitoral direcionada pela estratégia socialista. As e os camaradas que estão na disputa eleitoral representam um programa que evidencia a série de retiradas de direitos e processos privatistas em curso no Brasil e apresenta propostas para modificar radicalmente esse quadro de fome, miséria, desemprego e superexploração do trabalho.

Para nós, as eleições são uma frente de combate na luta de classes, que não está separada das lutas nas ruas, nos sindicatos, no movimento estudantil, nos movimentos de moradia urbana, feministas, antirracista, anti-LGBTfobias, entre outros. Diferente de muitos partidos de centro-esquerda, que giram todas as suas forças para o processo eleitoral ou mesmo postergam combates urgentes para serem disputados teoricamente nas eleições, para o PCB as disputas pelo poder executivo e parlamentar são parte da construção de mecanismos que auxiliem no avanço da consciência e no processo organizativo da classe trabalhadora.

Por outro lado, compreendemos a importância de elegermos parlamentares e cargos executivos, no sentido de disputarmos o nosso projeto também nessa frente. Com a reforma eleitoral, os partidos que não tem parlamentares tiveram restrições ainda maiores para

acesso a direitos partidários, como fundo eleitoral e tempo televisivo, que dificultam ainda mais a nossa aproximação da classe trabalhadora. Sabemos que se conseguirmos eleger camaradas para o poder legislativo ou mesmo para o poder executivo, esses deverão disputar, agitar e propagandear o programa do PCB e a estratégia de rompimento com o capital.

Mais do que nunca a construção do socialismo está na ordem do dia. Da forma que avançamos na destruição da natureza e da classe trabalhadora, em breve teremos destruído a humanidade. A pandemia de COVID-19, bem como outras várias epidemias que assolam principalmente os países periféricos e dependentes, são produto do sócio- metabolismo predatório do capital.

Muito diferente do que os liberais burgueses apresentam, o capital não é o fim da história, muito menos o último modo de produção existente. Por isso, precisamos cada vez mais nos organizar coletivamente para ter condições de destruir esse sistema social que nos destrói enquanto trabalhadores/as e seres humanos. O comunismo não é uma utopia, mas sim a possibilidade real de termos condições de vida dignas e emancipadoras para toda a humanidade.

AGRONEGÓCIO E A FOME: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL POR TRÁS DA FANTASIA DE UMA FALSA PROMESSA

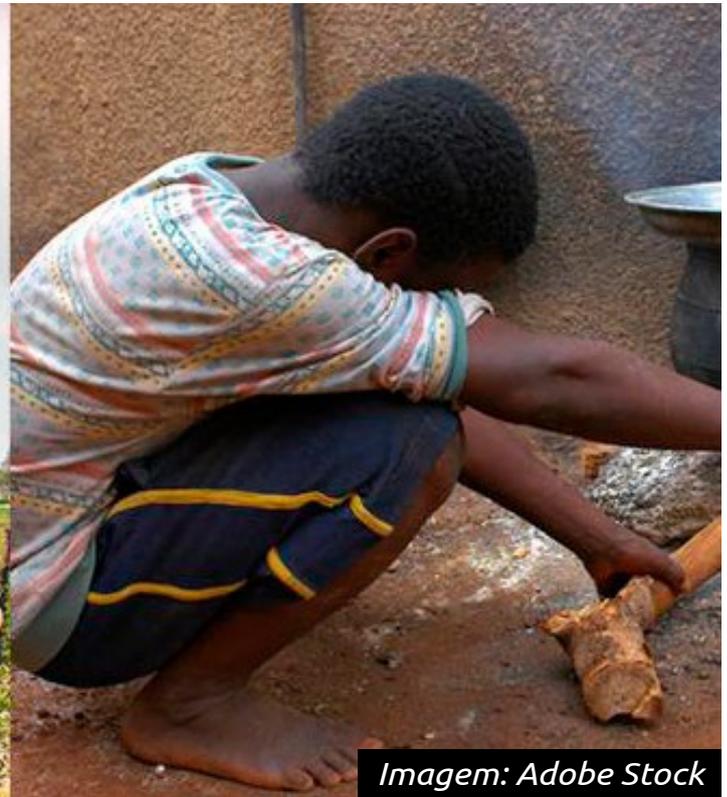


Imagem: Adobe Stock

Por Alexandre Mask

No terceiro artigo da série “O Agro é GUERRA, o Agro é MORTE, o Agro é FOME”¹, analisaremos, de forma sucinta, a relação entre Agronegócio e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Demonstraremos como a existência do *Agrobiz*² inviabiliza o combate à fome, sendo um agente direto de reprodução das desigualdades sociais. Por sua vez, causador de insegurança alimentar grave e doenças como obesidade, ligadas ao baixo valor nutricional dos alimentos de má qualidade que produz, sob o epíteto de “comida”. Este texto não carrega a intenção de esgotar o debate acerca do tema, mas de trazer importantes reflexões para nos auxiliarem na compreensão da nossa conjuntura atual. Para tanto, dividiremos o tema proposto em três partes, uma em cada edição subsequente à partir desta: i) Modernização Agrícola; ii) Reprodução da Fome; iii) Segurança Alimentar e Nutricional. Neste texto, trataremos da parte I.

A constituição e o estabelecimento do Agronegócio forjaram-se, principalmente, sob a ideia de que o crescimento populacional seria incompatível com a produção camponesa tradicional de alimentos e para atender a demanda dos novos bilhões de habitantes do planeta, acompanhando seu crescimento, seria necessária a modernização dos métodos de produção agrícola que conduziria o mundo para a erradicação da fome e da insegu-

rança alimentar (LONDRES, 2011). Nos artigos anteriores, trouxemos elementos que demonstram a verdadeira razão da então chamada modernização agrícola, através da mecanização da agricultura, utilização de sementes transgênicas e monocultivos à base de fertilizantes e agrotóxicos.

No início de junho de 2022, uma pesquisa realizada pela Rede PENSSAN³ revelou que mais de 33 milhões de pessoas não tinham o que comer e quase 60% da população brasileira apresentava algum grau de insegurança alimentar. Por outro lado, as exportações brasileiras do Agronegócio batem seguidos recordes de faturamento, crescimentos de até 30%, com montantes na casa dos R\$ 80 bilhões de dólares. Em conversão direta na data de escrita desse artigo, esse valor representa aproximadamente R\$ 440 bilhões de reais.

Antes de seguirmos nossa investigação, vamos trazer algumas questões referentes à ética ambientalista para conduzir nossas reflexões acerca do que se conhece como *biotecnologia*⁴.

“Podemos alterar a estrutura genética de todos os seres vivos em nome da utilidade e do ganho econômico? Existe um respeito pela vida ou todas as formas de vida, incluindo o homem, devem ser vistas como simples bens no novo mercado da biotecnologia? A manipulação ge-

nética de todos os seres vivos é uma herança acessível para todos ou é propriedade privada de algumas corporações? Quem deu a algumas empresas o direito e o monopólio sobre diversos grupos de organismos? Os biotecnologistas acreditam ser os mestres da natureza?. É essa uma ilusão surgida a partir da arrogância científica e da economia convencional, que ignora a complexidade dos processos ecológicos? É possível minimizar as considerações éticas, reduzir os riscos ambientais e ao mesmo tempo manter os benefícios? (...) Quem se beneficia da biotecnologia? Quem perde com ela? Quais são as consequências [sic.] ambientais e de saúde pública? Quais tem sido as alternativas propostas? A biotecnologia é uma resposta a quais necessidades? De que forma a biotecnologia afeta o que está sendo produzido, como é produzido, por quem e para quê? Quais são os objetivos sociais e os critérios éticos que orientam as pesquisas? Que objetivos sociais e agrônômicos atinge a Biotecnologia?”⁵

Modernização da agricultura para que e para quem?

Dentre diversos autores, podemos encontrar uma miríade de conceitos de modernização. Como fio condutor neste artigo, adotaremos as duas concepções a seguir: segundo Graziano Neto, a modernização da agricultura é *“o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente”* (GRAZIANO NETO, 1985 apud TEIXEIRA, 2005, p. 22); para Brum seus principais motivos são: *“elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro; redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência; necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra; possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país”* (BRUM, 1988 apud TEIXEIRA, 2005, p. 23).

Esse processo de modernização integrou as cadeias de processamento e distribuição de alimentos, através de créditos públicos que viabilizaram a compra de maquinário e insumos agrícolas, tornando a agricultura familiar subordinada à agroindústria por conta dessa dependência, logo *“os poucos agricultores empobrecidos que viessem a ter acesso à biotecnologia se tornariam perigosamente dependentes da aquisição anual de sementes transgênicas”* (ALTIERI, 2012, p.40-58). Vale registrar que a venda de sementes transgênicas está diretamente ligada à venda de agrotóxicos, ambos fabricados pela mesma cadeia de grandes empresas do Agronegócio (Bayer, Syngenta, Basf, Monsanto, e outras). Após a concentração de benefícios nos agricultores mais ricos acelerar a distância entre esses e os camponeses

mais pobres, aumentando a desigualdade rural, as formas de acesso à terra e aos recursos para os desfavorecidos foram drasticamente prejudicadas. A geração de renda foi dificultada, obrigando os camponeses tradicionais a venderem suas terras por preços muito abaixo do seu valor real e submeter-se ao trabalho assalariado, seja no campo, ou quando praticamente expulsos, migrando para cidade. Nesse sentido, com a expropriação forçada, parte dos agricultores tradicionais passaram a trabalhar para os agricultores mais ricos - ideologicamente influenciados por rendas ilusórias e alta produtividade -, e os demais migravam para as cidades, convertendo-se em cidadãos urbanos pobres, dada falta de oportunidade no campo.

Para compreendermos como a modernização agrícola torna-se um obstáculo ao combate a fome faz-se necessário entender como as relações de troca desigual estabeleceram-se no campo. As relações tradicionais antigas se dissolveram após a transformação de todas as coisas em mercadorias; a compra e venda através do contrato “livre” tomaram o lugar dos costumes e direitos históricos (ENGELS, 2019, p.79). A luta de classes no campo se materializa através da relação entre o agricultor familiar e os empresários do Agrobiz, mediada pelo sistema de produção agroecológico que disputa com o agronegócio justamente o camponês, que é a única fonte geradora de valor através do seu trabalho. Vejamos o que diziam Marx e Engels (2007):

“Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho.”⁶

Por um lado, a Agroecologia opera de forma antagonista ao sistema capitalista uma vez que prioriza equilibrar a relação metabólica entre os seres humanos e a natureza, oferecendo bases científicas para o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis sem a necessidade de uso de produtos agroquímicos. Por outro lado, a engenharia genética consiste em uma ciência reducionista que sobrevive à base de mitos solucionadores de problemas ambientais que não se sustentam (DELLA RIVA, 2020). No sistema capitalista, a agricultura familiar se subordina ao Capital, através da propriedade privada da terra e da divisão do trabalho. Com efeito, ocorre a concentração dos meios de produ-



ção do campo pelo capitalista, no caso, o grande empresário do Agronegócio, que gradativamente acumula mais poder de decisão no que e como produzir alimentos.

Façamos um rápido exercício, necessário para compreendermos melhor as exposições desse texto. Como a troca de mercadorias é a base estrutural e estruturante do modo de produção capitalista, resgatemos mais algumas reflexões acerca do tema: o ato de produção é um ato de consumo. Quando nos alimentamos, consumimos o alimento, e ao mesmo tempo, produzimos nosso corpo. A produção é imediatamente consumo, e, o consumo é imediatamente produção, logo, sem produção não existe consumo e sem consumo não existe produção. O consumo e produção assumem um duplo caráter. Produção, distribuição, troca e consumo são dialeticamente partes constitutivas de uma totalidade (MARX, 2007, p. 246-247, 256-257).

Diante disso, torna-se mais perceptível como as relações de troca no campo são dialeticamente interligadas, e qualquer alternativa que não modifique essa estrutura relacional será incapaz de apresentar-se como meio consistente de substituição do modelo estabelecido desde a modernização agrícola, o Agronegócio. A superação dessa relação só pode ser viabilizada mediante a destruição da propriedade privada e do trabalho assalariado.

Outro elemento a ser considerado, não menos importante, é a apropriação e o apagamento dos conhecimentos tradicionais, responsáveis pela conservação e regeneração das florestas há milênios. Laboratórios de grandes empresas ligadas ao Agrobiz, em relações cada vez mais estreitas com o Estado, confrontam diretamente os saberes tradicionais com suas patentes (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 3), servindo como estratégia de concentração dos meios de produção agrícolas e manutenção da dependência camponesa, conforme vimos mais acima.

Nesse ponto já podemos compreender como a dialética torna a produção e distribuição de alimentos indissociáveis no modo de produção capitalista, e entendemos a modernização agrícola como elemento central da agudização da luta de classes no campo. Na próxima edição, dando continuidade ao artigo, trataremos da Reprodução da Fome, aprofundando essas relações: por um lado, como a produção no campo é engendrada pelo padrão de consumo. Por outro lado, como este é determinado pela indústria da propaganda do Agronegócio. Portanto, o porquê a promessa da existência do Agrobiz de erradicar a fome é inviabilizada pela própria estrutura dos agronegócios.

“Ecologia sem luta de classes, é jardinagem” - Chico Mendes

¹Recomendamos a leitura dos artigos anteriores, para uma melhor compreensão do debate corrente:

<https://omomento.org/pacote-do-veneno-o-agro-e-quer-a-o-agro-e-morte-o-agro-e-fome/>

<https://omomento.org/agronegocios-x-natureza-a-sintese-da-morte-e-da-devastacao-ambiental/>

²O termo Agrobiz, utilizado em todos os artigos da série até aqui, é uma contração proposital dos termos Agronegócio e Agribiz (Agribusiness), para demonstrar a subserviência do Agro brasileiro ao imperialismo.

³Ver em <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

⁴De acordo com a ONU, “*biotecnologia significa qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos, ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica*” (ONU, Convenção de Biodiversidade 1992, Art. 2)

⁵(ALTIERI, 1999, p.2-3)

REFERÊNCIAS:

ALTIERI, M. A. **Os mitos da biotecnologia agrícola: algumas questões éticas.** 1999. Disponível em: http://www.greenpeace.com.br/transgenicos/pdf/mitos_biotecnologia.pdf.

_____. **Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3a. ed. São Paulo: Expressão Popular, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

DALLA RIVA, Leura; **De Marx ao MST: capitalismo financeiro e forma jurídica como entraves à agroecologia.** 2020. 112p.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.** Rio de Janeiro: ANA - Articulação Nacional de Agroecologia / RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2011.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____; ENGELS, Friedrich; **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B.Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846),** São Paulo: Boitempo, 2007

PORTO GONÇALVES, C. W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais.** In: *Thertesis*, v.1, n. 1, 2004.

TEIXEIRA, J. C. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 2, p. 21-42, 1 set. 2005.

OPINIÃO: O ENSINO JURÍDICO NO BRASIL



Por João Coimbra

Dedicado à memória do meu caro colega Guilherme Santos de Andrade

Há um personagem folclórico, amorfo e constante nas faculdades de Direito: o “Homem Médio”. Este “homem” não existe, mas ao mesmo tempo é paradoxalmente o indivíduo mais comum na nossa sociedade. O “Homem Médio” serve para “explicar” como “a maioria das pessoas” reagiria a determinada coisa ou situação, numa perspectiva individual; mas ele não existe para além da imaginação, e tanto quem ensina como quem aprende reconhece a inexistência de fato dessa “pessoa” irreal.

“Como você acha que o Homem Médio reagiria a isso?” é uma pergunta que só faz sentido dentro de uma sala de aula do curso de Direito. A incompreensão da realidade social se traduz na construção de um artifício consolidador dessa ignorância. Ou seja, já que não conhecemos o cidadão brasileiro e suas nuances, vamos inventá-lo.

Mas o problema é ainda maior.

A questão é que o artifício do “homem médio” aponta para um problema ainda

mais enraizado do ensino jurídico: **a confusão entre a fantasia liberal e a realidade concreta.** Mesmo para os jusfilósofos que tenham abandonado aquele artifício especificamente, ainda há uma plêiade de categorias tão imbecilizantes quanto, tão vazias de significado quanto, e tão perpetuadores de violências quanto o tal “homem médio”.

Não se trata aqui de levantar um rol taxonômico de quais artifícios seriam esses, mas ilustrar a denúncia sobre o ensino jurídico brasileiro como um lugar insalubre, supersticioso, dogmático e, por falta de melhor palavra, estúpido.

Insalubre porque reúne em sala de aula um microcosmo dos problemas do direito brasileiro, expondo estudantes a professores assediadores sexuais e morais, juízes semi-analfabetos que mal conseguem ler uma lista de chamada, promotores e delegados que usam do ambiente público para defender sua visão de mundo fascista, e, infelizmente, raríssimos professores competentes que acabam por, acidentalmente, “validar”



todo o esgoto com sua presença e compromisso com seu trabalho.

Supersticioso porque defende que a sociedade permanecerá sempre como aquilo que é hoje, e o faz sem lançar mão de qualquer ciência ou filosofia que lhe valha o nome. O ensino jurídico brasileiro ignora que as formas sociais estão em constante mudança, que a classe trabalhadora é um agente político transformador e que os problemas estruturais do sistema judiciário não serão resolvidos com “ficções”.

Aqui cabe uma explicação especial. O ensino jurídico, por decorrência do nosso próprio Ordenamento Jurídico e seus “princípios”, procura responder lacunas lógicas com compreensões míticas e ilógicas. Por exemplo, é lógico e observável que juízes diferentes pensam e decidem de forma diferente. Mas, para “solucionar” esse problema gravíssimo de insegurança jurídica, é utilizada uma ficção chamada *juiz natural*, um princípio constitucional que, por defender que todo juiz **deveria decidir** de forma justa e imparcial, vaticina que todo juiz **decide** de forma justa e imparcial, e sabemos que isso não é verdade. A palavra “ficção” é usada pelos doutrinadores brasileiros como se a confissão da própria mentira os limpasse da pecha de mentirosos.

E neste ponto fica explicado o porquê do ensino ser dogmático, por ser um ramo do conhecimento onde a intelectualidade não é bem vinda. O ensino jurídico brasileiro desconhece a importância de pesquisadores das ciências sociais, da filosofia, da geografia humana... Só há lugar para o *Doutrinador*: uma figura caricata que merece, também, uma explicação especial.

O *Doutrinador* é uma contrafação de um autor de livros. Normalmente um juiz ou um promotor (portanto, alguém que não vale o que pesa), o *doutrinador* usa da sua posição pública para defender seu negócio privado. Sua validade é medida por concursos públicos, estes sequestrados por empresários no ramo da mercantilização da educação. O *doutrinador* não é capaz de desenvolver um raciocínio qualquer, mas se especializa em compilar informações produzidas pelos

mesmos espaços públicos que transita (súmulas dos tribunais, votos, entendimentos, legislações). Um doutrinador não ensina: **doutrina**. Sua presença é o principal sintoma da expulsão da intelectualidade de dentro das salas de aula; a repetição acéfala da “doutrina” resulta em um simulacro de conhecimento técnico. Entretanto, esse “conhecimento” se orgulha em não entender o mundo, mas os autos.

E por isso estúpido, porque premeia o pensamento raso e mecânico, como uma seleção artificial daquilo que mais se parece consigo mesmo. Este sim, um pacto narcisístico, porquanto se especializa em compreender unicamente a mesma linguagem que produz. Uma “Língua do P” com status de ciência. O advogado que *pê-fa pê-lê pê-a pê-sim* é respeitado como “jurista”, entre os juristas e para os juristas. Para fora, os advogados são admirados por “lerem muito” e os patrícios concursados por “serem inteligentes”, mas nós sabemos a verdade.

Sabemos que o ensino jurídico no Brasil é tão inútil em resolver problemas e absurdo quanto o sistema jurídico brasileiro. O professor de direito não precisa conhecer a realidade concreta, mas alimentar a fantasia liberal. Isto garante o controle ideológico em sala de aula, a limitação criminosa da criatividade da nossa juventude, em seu propósito nefasto e preguiçoso de roubar-lhes uma perspectiva de futuro que procure construir uma realidade mais justa.

O ensino jurídico brasileiro é uma grande torre de papel-machê, onde no topo se lê “*pê-dô pê-ís pê-ma pê-ís pê-do pê-ís pê-são pê-sim pê-cô*”.

P.S.: Descanse em paz, meu caro.

NÓS, MULHERES, SOMOS LIVRES?



Por Cheyenne Ayalla

Em 10 de julho de 2022, fora noticiada nacionalmente a violência cometida por um médico anestesista à uma mulher cis durante um procedimento que se apresenta como um daqueles de maior vulnerabilidade e também de significado na vida de uma mulher. Trata-se de um estupro em pleno trabalho de parto. Este, que é um trauma irreparável, realizado da forma mais torpe que poderíamos imaginar, nos coloca de frente a conformação de uma estrutura social de bases machista, misógina e fundamentalmente classista.

Essas relações evidenciadas na cultura do estupro se escancaram também diante de abordagem de prisão deste “profissional”. Preso em flagrante, a abordagem comedida reflete não apenas um determinado pacto de viés racista que se estabelece entre a estrutura do Capital e a instituição policial, mas rememora aquilo que Sofia Manzano

outrora levanta entre as palavras de Angela Davis: ao mencionar que “a estrutura de classe da sociedade capitalista abriga um incentivo ao estupro”, ressalta como aqueles que livres de quaisquer processos judiciais, exercem, na legitimidade de seu poder, sucessivas agressões de forma incontestável. Estes encontram-se em enunciado claro por Davis. São “homens da classe capitalista e seus parceiros de classe média”.

Mesmo que as considerações acima trate de um texto dedicado as relações da crise da ordem capitalista e sua relação direta com a cultura do estupro, cabe a nós destacar essa complexa relação quanto a violência obstétrica. Para entendermos melhor a dimensão de tal problemática social, consideramos de início, que de 81% das mulheres brasileiras que sofreram algum tipo de agressão, cerca de 25% dessas mulheres relacionam essa violência com a questão



obstétrica. Levando em conta que este é um problema de escala mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS) se posicionou a respeito do tema a partir da publicação de um documento sobre a prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto, uma vez que a discussão é fundamental. Mas esta medida não é suficiente. Do caso supracitado, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, acaba sendo mais um número nessa estatística. Mesmo que exista uma legislação que impeça tais atos dimensionados frente às diretrizes da OMS, ainda não é suficiente para extinguir esta barreira social, uma vez que o caráter punitivista dos mesmos ainda não é capaz, sozinho, de coibir tal ação.

É preciso considerar todas as camadas que permeiam esse problema. A violência obstétrica incorpora tanto violência física, verbal e psicológica bem como negligência no atendimento médico desde o momento que a gestante dá entrada no hospital para o parto. Para entender este processo, com uma visão feminista e classista, devemos ler de forma concreta e histórica a sociedade que nos rodeia.

Em primeiro plano, à medida em que a economia nacional é prejudicada pela ofensiva neoliberal aqueles que estão nas posições da base dessa sociedade de classes são os primeiros a serem atingidos pela violência estrutural, como, por exemplo, as mulheres das classes trabalhadora, sobretudo negras e periféricas. Nesse âmbito, por ocupar os cargos de oferta de serviços que tem decaído e precarizado sistematicamente nos últimos anos de crise a interdependência dentro dos lares bem como o rebaixamento do bem-estar estão anelados a essa progressiva e assustador aumento de violência domésticas vividas por essas mulheres. Diante disso, o processo cíclico de crises e lucros do capitalismo, principalmente, o brasileiro, que é dependente, implica na autonomia e emancipação das mulheres e em sua independência financeira o que traduz em sua submissão material aos seus companheiros, que as detém como patrimônio, como objeto. Nesse entendimento, tal fato, implica na emancipação dessa parcela significativa da

sociedade.

Em segundo plano, uma visão histórica das relações de poder e gênero é mais antiga até que o próprio capitalismo, mas não mais antiga que a luta de classes. Desse modo, o patriarcalismo e machistas foi absorvido e colocado como um dos sustentáculos da sociedade capitalista onde a servidão de gênero se harmonia com dominação de classe, onde a classe hegemônica que castra a emancipação das demais faz esse papel do opressor das minorias em direitos e voz.

Dada essas circunstâncias e reflexões o objetivo urgente é planejar e se organizar para findar essa violência de gênero que as mulheres sofrem todos os dias, desde o nascimento até a morte.

Dito isso, uma revolução, ou seja uma mudança radical da sociedade, que incorpore classe, gênero e raça, pois esses estão entrelaçados e são inseparáveis para pensar e realizar uma mudança social, mude essa gama de opressões que a sociedade de classes falida impõe a todos nós.

Como diria nossa grande revolucionária bolchevique Alexandra Kollontai "A libertação feminina só pode ocorrer com a vitória de um outro sistema econômico".

Avante camaradas! Venceremos!

TEREZA DE BENGUELA



Imagem: Wikimedia Commons

Por Camila Oliver

No último 25 de julho de 2022, marcou-se os 30 anos da instituição desta data como o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Além disso, no Brasil, desde 2014, o dia 25 de julho é o Dia Nacional de Tereza de Benguela.

Assim, nesta edição, o Espaço Cultural de *O Momento* traz uma dupla homenagem. Conheceremos mais da vida e luta de Tereza de Benguela: mulher negra, liderança quilombola do Quilombo do Piolho, no Mato Grosso; Ainda, faremos isso lendo o cordel de autoria de Jarid Arraes, também mulher negra, escritora e cordelista da região do Cariri, Ceará. O cordel "Tereza de Benguela" está no livro *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*, no qual a autora escreve as histórias de mulheres negras que lutaram contra as opressões: Antonieta de Barros, Aqualtune, Carolina Maria de Jesus, Dandara, Esperança Garcia, Eva Maria do Bonsucesso, Laudelina de Campos, Luisa Mahin, Maria Felipa, Maria Firmina, Marina Crioula, Na Agontimé, Tereza de Benguela, Tia Ciata, Zacimba Gaba, além da sua própria história e a história de mulheres negras da sua vida.

Na história do Brasil
Nas escolas ensinada
Aprendemos a mentira
Que nos é sempre contada
Sobre o povo negro e índio
Sobre a gente escravizada.

Nos contaram que escravos
Não lutavam nem tentavam
Conquistar a liberdade
Que eles tanto almejavam
E por isso só passivos
Os escravos se ficavam.

Ô mentira catimboza
Me dá nojo de pensar
Pois o povo negro tinha
Muita força exemplar
E com muita inteligência
Sempre estavam a lutar.

Tereza de Benguela

Um exemplo muito grande

ESPAÇO CULTURAL

É Tereza de Benguela
A rainha de um quilombo
Que mantinha uma querela
Contra o branco opressor
Sem aceite de tutela.

No estado Mato Grosso
Tinha o tal Quariterê
Um quilombo importante
Para livre se viver
Cooperando em coletivo
Guerreando pra vencer.

José Piolho era o marido
Mas chegou a falecer
Então Tereza de Benguela
Veio pois rainha a ser
Liderando com firmeza
Na certeza de crescer.

No quilombo liderado
Era possível encontrar
Estrutura de política
Que seria de invejar
E a administração
Também era exemplar.

Tinha armas poderosas
Pra lutar e resistir
Com talento pra forjar
Se botavam a fundir
Objetos muito úteis
Para a vida construir.

As algemas e outros ferros
Que serviam de prisão
Lá na forja transformavam
Pra outra utilização
E com muita habilidade
Tinham outra intenção.

O quilombo tinha armas
Pela troca ou por resgate
E com muita resistência
Suportavam esse embate

Libertando muita gente
Pela via do combate.

O sistema muito rico
Tinha até um parlamento
E também um conselheiro
Pra rainha embasamento
Que exemplo grandioso
Era o gerenciamento!
Além disso ainda tinha
O plantio de algodão
E também lá se tecia
Pra comercialização
Os tecidos que vendiam
Fora da quilombação.

As comidas do quilombo
Que ali eram plantadas
Dividas entre todos
Também comercializadas
Tudo aquilo que sobrava
Para venda enviadas.

Tinha milho e macaxeira
E também tinha feijão
Sem esquecer a banana
Com fins de alimentação
E as sobras, como disse
Pra comercialização.

Foi por isso que Tereza
Duas décadas reinou
Com a força do quilombo
Que com garra liderou
E por isso pra história
A rainha então ficou.

Em 1770
Quariterê foi atacado
Por Luiz Pinto de Souza
o Coutinho era enviado
Pelo sistema escravista
O quilombo era acabado.

A população de negros

Setenta e nova se contavam
E a população de índios
Tinham trinta que restavam
Foram presos, foram mortos
Pelos que assassinavam.

De acordo com o registro
Tereza foi capturada
Mas depois de poucos dias
A rainha adoentada
Acabou-se falecendo
Da mazela ali tomada.

E os brancos matadores
A cabeça lhe cortaram
Exibindo em alto poste
Pra mostrar aos que ficaram
A maldade desses brancos
Que do racismo enricaram.

Na história brasileira
Ela deve ser lembrada
Como uma grande heroína
Para sempre memorada
Pela sua força e mente
Sempre homenageada.

Dia 25 de Julho
É o dia de lembrar
De Tereza de Benguela
Pois rainha exemplar
Foi durante sua vida
Sem jamais silenciar.

Que exemplo inspirador
Que mulher tão imponente
Foi Tereza de Benguela
Uma deusa para a gente
Que até hoje não desiste
Dessa luta pertinente.

Me revolta esse país
Que não fala na história
Dos seus feitos grandiosos
E de toda a sua glória

O silêncio é explicado
Pela vil racista escória.

É por isso que escrevo
Mulher negra também sou
E registro de Tereza
O legado que ficou
Pois bem poderosamente
A Tereza aqui reinou.
Faço humilde reverência
E saúdo a sua história
Agradeço pela luta
Que me foi dedicatória
Ao racista esquecimento
Faço uma denegatória.

Mulher negra de coragem
E também de inteligência
Com talento e liderança
Com imensa sapiência
Foi Tereza de Benguela
Fonte de resiliência.

Que seus feitos importantes
Não mais sejam esquecidos
Que o racismo asqueroso
Não lhes deixe escondidos
Pois são para o povo negro
Exemplos fortalecidos.

Oh Tereza de Benguela!
Nosso espelho ancestral
Sua alma ainda vive
E entre nós é maior
Nós honramos sua luta
Sua força atemporal!
FIM

Tereza de Benguela, presente!

LAUDELINA DE CAMPOS MELLO



Foto: Primeiros Negros - Divulgação

Por Camila Oliver

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2019, mais de seis milhões de pessoas trabalharam em serviços domésticos. Desse total, 92% são mulheres — em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. E 7 entre cada 10 trabalhadoras/es não têm carteira assinada. Além disso, em junho de 2021, uma mulher foi resgatada de condições análogas à escravidão em São José dos Campos (SP) e em 2022 outra mulher negra nessa mesma condição foi resgatada em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador. Vale ressaltar que esse quadro já foi ainda pior, quando não havia leis que assegurassem direitos às/aos trabalhadoras/es domésticas/os.

Por esse motivo, nesta edição de julho, a Memória de *O Momento* faz homenagem a Laudelina de Campos Mello, pioneira na luta por direitos de trabalhadoras e trabalhadores domésticas/os no Brasil. A sua iniciativa fez surgir o movimento sindical dos/as domésticas/os na cidade de Santos, São Paulo, em 1936.

Laudelina nasceu em Poços de Caldas, Minas Gerais, em 12 de outubro de 1904, filha de pais alforriados pela Lei do Ventre Livre, em 1871. Começou a trabalhar aos sete anos de idade, ficou órfã de pai aos 12 anos e abandonou a escola para cuidar dos irmãos enquanto a mãe trabalhava. Aos 16 anos, já atuava em organizações sociais do movimento negro, sendo eleita presidente do Clube 13 de Maio, que promovia atividades recreativas e políticas entre a população negra de sua cidade. Aos 18 anos, mudou-se para a cidade de São Paulo e, aos 20, casou-se com Geremias Henrique Campos Mello. Em 1924, mudou-se para a cidade de Santos, onde nasceu o seu primeiro filho.

Em Santos, Laudelina participou da agremiação Saudade de Campinas, grupo que celebrava a cultura negra. Com dois filhos, Laudelina e Geremias separaram-se em 1938. Em 1936, Laudelina filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a sua atuação política nos movimentos políticos e populares intensificou-se. Tornou-se uma das diretoras da Frente Negra Brasileira (FNB), a maior entidade

negra do século XX. Na FNB, Laudelina criou o Departamento Doméstico buscando a conscientização da categoria. A missão da FNB era “integrar o povo preto à sociedade”, promovendo cursos profissionalizantes, da valorização da cultura negra, da conscientização racial, política e da luta por direitos da população negra e contra a violência policial.

Ainda em 1936, Laudelina fundou a primeira Associação de Trabalhadores Domésticos do país, a qual foi fechada durante o Estado Novo, retornando às atividades apenas em 1946. Na pauta de reivindicações da associação estavam: auxílio às trabalhadoras e a seus familiares e inclusão da categoria na CLT.

Durante a Ditadura Vargas, Laudelina integrou, como voluntária, o Primeiro Batalhão Militar de Santos, mandado para a Itália na Segunda Grande Guerra (1939-1945). No campo de batalha, as suas funções eram: socorrer as tropas, cuidar da alimentação dos combatentes e atuar como soldada.

No início dos anos 1950, Laudelina foi para Campinas, cidade onde trabalhadoras brancas tinham preferência, o que a levou a protestar junto do Correio Popular contra a veiculação de anúncios preconceituosos. Assim, ela também integrou-se ao Movimento Negro de Campinas.

Em 1954, abriu a Escola de Bailado Clássico Santa Efigênia para meninas pretas, com professora de dança preta, em contraposição às escolas de bailes da sociedade branca que não admitiam alunas negras. Em 1961, obteve o apoio do Sindicato da Construção Civil de Campinas para fundar, em suas dependências, a associação de empregadas domésticas.

No dia 18 de maio de 1961, mil e duzentas empregadas domésticas estiveram presentes na inauguração da Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas. No ano seguinte, Laudelina foi convidada para participar da organização de diversos sindicatos da categoria em outros estados, militando também em movimentos negros e feministas.

Com o Golpe de Estado de 1964, para que a associação não fosse fechada, precisou ligar-se à União Democrática Nacional (UDN). Neste período, várias entidades trabalhistas, movimentos estudantis e organizações sociais e políticas entram na clandestinidade, e Laudelina foi presa por ser comunista. Permaneceu pouco tempo na prisão, contudo, a entidade acabou se dissociando, pois, mulheres brancas, patroas, assumiram o controle e logo foi fechada. Mas, em 1982, retornou à direção

do movimento por insistência de suas antigas companheiras. A associação tornou-se Sindicato das Empregadas Domésticas em 1988, a principal diferença é que, enquanto a associação representa apenas as/os suas/seus filiadas/os, o sindicato pode desenvolver uma atuação mais política, de mobilização, e representa toda a categoria.

Laudelina morreu em 12 de maio de 1991, aos oitenta e seis anos, em Campinas, deixando sua casa para o sindicato da cidade. Contudo, Laudelina permanece viva no legado que a sua intensa militância produziu. Em 1989, foi criada a organização não governamental Casa Laudelina de Campos Mello, dedicada a celebrar a atuação e militância de Laudelina, e desenvolver ações de autonomia econômica, produção e troca de conhecimentos, além da formação e qualificação profissional de mulheres negras.

A memória de Laudelina foi homenageada pelo Governo Federal com a adição à Ordem do Mérito do Trabalho no grau de Cavaleira post-mortem em 2005. Já em 2015 foi produzido o documentário *Laudelina: Lutas e Conquistas*, resultado de uma parceria entre o Museu da Cidade (Campinas/SP) e o Museu da Imagem e do Som (MIS). Em 12 de outubro de 2020 Laudelina foi homenageada pelo Google com um Doodle.

Laudelina de Campos Mello, presente!